



INICIATIVAS DA CIP PARA VOLTARMOS À NORMALIDADE E VENCER OS EFEITOS DA PANDEMIA

Antonio Saraiva
Presidente
Confederação Empresarial De Portugal - CIP

A crise sanitária do coronavírus tem sido um verdadeiro desafio para as empresas de todo o mundo. Desde o início desta crise, a nossa principal preocupação tem sido a de garantir que o maior número possível de empresas sobreviva às dificuldades atuais, preservando o emprego e promovendo o relançamento da economia. A resposta da CIP a esta crise passou pela atuação em diferentes instâncias, nacionais e internacionais.

No nível nacional, a CIP manteve um diálogo regular junto das empresas portuguesas, com o objetivo de conhecer as suas maiores dificuldades. Para tal, realizámos inquéritos semanais, que nos permitiram conhecer a realidade do tecido empresarial, à medida que o impacto económico da crise se tornava mais evidente.

O diálogo intensivo com o governo, foi outra das principais linhas de atuação da CIP. A nossa principal preocupação foi a de garantir que o governo delineava e implementava medidas urgentes de capitalização das empresas para evitar comprometer a sua solvabilidade a médio prazo. Por isso, apresentámos ao Governo um Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa.

Ao nível internacional, a CIP valorizou a sua participação nos vários fóruns multilaterais, nomeadamente, junto das redes de empregadores internacionais, com a BusinessEurope, a OIE e o CEIB, revelando-se estas fundamentais para a partilha de informação e exemplos de boas práticas de resposta à crise.

Entre os exemplos da atuação internacional da CIP, destacamos a coordenação a nível europeu, junto da BusinessEurope, onde, em conjunto com os nossos parceiros – como a CEOE –, trabalhamos ativamente em busca de compromissos para implementação do ambicioso Plano de Recuperação Europeia.

Na Ibero-américa, a participação da CIP nas diversas iniciativas do CEIB revelou-se de grande importância, pela discussão de temas fundamentais. O reforço do compromisso das nossas confederações em torno de uma Ibero-américa mais forte é fundamental para uma maior coesão, solidariedade e capacidade de ação para responder aos desafios imediatos, e aos desafios presentes e futuros do espaço ibero-americano.

Os desafios do relançamento e o papel da CIP

Ao contrário de todas as outras crises de que temos memória, as causas subjacentes à crise económica que estamos a viver são exógenas, têm uma natureza excecional e sabemos que são temporárias.

Isto não significa que, extinta a pandemia – e estamos ainda longe desse dia – tudo voltará a ser como antes. Mas esta constatação tem – ou deverá ter – implicações na resposta a dar à crise, ao nível, sobretudo, das políticas públicas a adotar.

Face a uma crise com causas excecionais e temporárias, justificam-se medidas igualmente excecionais e temporárias, sendo o seu impacto orçamental visto, igualmente, como excecional e temporário. Isso faz toda a diferença relativamente, por exemplo, à crise anterior, em que estava em causa, na sua origem, a sustentabilidade das finanças públicas e a forma como era percebida pelos mercados, o que condicionou a forma como pode ser enfrentada.

Tenho defendido que, na sequência das medidas de emergência que foram tomadas para acorrer aos problemas de tesouraria das empresas, é agora altura de as reforçar e reorientar, evoluindo rapidamente para um verdadeiro plano de recuperação, mais ambicioso, mais focado no futuro e nas condições necessárias para recolocar as empresas e a economia na rota do crescimento.

Um plano que não tenha só uma perspetiva de recuperação a curto-prazo, mas que parta de uma visão mais alargada, de resposta aos grandes desafios de fundo que se nos continuam a colocar, tendo sempre presente o objetivo do relançamento de uma base industrial renovada, mais forte e mais resiliente.

A elaboração desse plano implicará escolhas, fundamentadas em análises técnico-económicas (sem deixarem de ser políticas). Será fundamental estabelecer prioridades, hierarquizar projetos, definir a respetiva calendarização e dar resposta às necessidades financeiras decorrentes, para que, aproveitando plenamente as oportunidades abertas pelo Plano de Recuperação Europeu, possamos ter bases sólidas, de médio e longo prazo, que sustentem a recuperação e o desenvolvimento de Portugal.

Este processo caberá, necessariamente, ao Governo, num exercício que deverá ser de diálogo, envolvendo a sociedade civil e em particular as empresas.

A CIP assume naturalmente a sua responsabilidade, enquanto maior e mais representativa estrutura associativa empresarial portuguesa, acolhendo favoravelmente a ideia de um Pacto Estado/Empresas, que regule o papel de ambos, servindo de plataforma para corrigir muitas das vulnerabilidades do nosso tecido empresarial.